

Bresser teme o desinvestimento

A decisão aprovada pela Comissão de Sistematização da Constituinte, estendendo o monopólio estatal à distribuição de derivados de petróleo em território nacional poderá inibir ainda mais os investimentos estrangeiros no País. A preocupação foi manifestada ontem pelo ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, após almoço com representantes da Câmara do Comércio Brasil-Canadá.

Bresser não deu maior importância às consequências econômicas que essa decisão, se for incluída na nova Constituição, provocará no País: «Não há nenhum reflexo direto na economia, disse Bresser, ressaltando, contudo, que a medida é preocupante do ponto de vista político, podendo afugentar os investidores estrangeiros, que têm mantido uma postura de reserva e desconfiança quanto a novos investimentos. «Temos grande interesse em receber investimentos no Brasil e é bom lembrar que o desenvolvimento brasileiro teve uma participação importante do capital estrangeiro», afirmou.

O ministro ressaltou que a decisão da Comissão de Sistematização,

ao estabelecer o monopólio estatal na distribuição de derivados de petróleo, funciona, nesse momento, «como um sinal muito negativo aos investimentos estrangeiros e às multinacionais». Os investidores internacionais têm evitado o Brasil, ultimamente, justamente sob o argumento de que aguardavam uma definição da nova Constituição brasileira no tratamento do capital estrangeiro.

Apesar de estar em franco confronto com a Autolatina, empresa holding da Volkswagen e Ford, Bresser fez ontem a defesa das empresas multinacionais, ao comentar a decisão da Comissão de Sistematização. Segundo ele, essas empresas (multinacionais) estão no País há muitos anos «e de forma nenhuma ameaçam a soberania nacional», pois, ao contrário, têm dado sua contribuição ao Brasil. Por fim, o ministro elogiou os trabalhos da Constituinte — «são muito sérios», observou — e disse ter a certeza de que o plenário da Constituinte modificará a decisão sobre o controle da distribuição de derivados de petróleo, o que, a ser aprovado no texto final da nova Carta, implica na saída do País de empresas como a Shell, Esso e Texaco.

Delfim vê danos à Petrobrás

O ex-ministro da Fazenda (Governo Geisel) e do Planejamento (Governo Figueiredo), deputado Delfim Netto (PDS-SP), advertiu ontem que se o plenário da Assembleia Nacional Constituinte ratificar a emenda do deputado Fernando Santana (PCB-BA), aprovada na última terça-feira pela Comissão de Sistematização, a Petrobrás sofrerá, nos cerca de 50 países em que tem interesses, tratamento semelhante ao previsto pela emenda, pois «vai ser discriminada».

A emenda instituiu o monopólio estatal na distribuição de combustíveis, que só poderá ser aberto para empresas nacionais (que tenham sede no País e a maioria de capital brasileiro). Se confirmada pelo plenário, trará como consequência a retirada das multinacionais do setor que hoje operam no País. A medida atingiria a Shell, Esso, Texaco e Atlantic.

Estado de Deus

Delfim Netto qualificou a decisão da Comissão (tomada por 50 votos a 41) «uma extravagância». Segundo ele, «é a idéia do Estado de Deus. No fundo — afirmou —, «tem um certo ar ridículo a Petrobrás dar concessão. Já não bastam a SEI (Secretaria Especial de Informática, à qual cabe a aprovação dos projetos e das importações do setor de informática) e outros cartórios?» Ele acha que a diretoria da Petrobrás «não deve ter gostado nada disso. Porque isso prejudica a empresa, que tem interesses em 50 países do mundo. Ela vai ser discriminada».

Delfim acha também que se a medida for ratificada nos termos em que foi aprovada, «todo o transporte de brinquedos de plástico — que são derivados de petróleo — terá que ser autorizado pela Petrobrás». No entanto,

manifestou a sua certeza de que o plenário vai restabelecer um «certo bom-senso» e derrubar a decisão da Comissão de Sistematização.

Equívoco

Delfim Netto manifestou sua suspeita de que nem os progressistas que integram a Comissão de Sistematização pensavam que a emenda fosse aprovada. Na sua opinião, «isso desmoraliza os tais progressistas». Ele se disse surpreso «com o progressismo do senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que votou a favor da Emenda Santana e depois alegou que o fez por um equívoco. Aliás — disse Delfim —, «já diz o nome que ele é franco». Ele não aceita a alegação do senador: «Acho muito mais grave se foi equívoco. Se foi consciente, ainda é uma coisa aceitável».

Em seguida, o ex-ministro sugeriu: «Perguntam-lhe, se por engano ele admitiria vender os produtos dele (a família Franco

tem, entre outros, indústrias têxteis e a concessão da Coca-Cola em Pernambuco) pela metade do preço».

Depois de criticar o senador, o ex-ministro investiu contra a Comissão de Sistematização. «Não é um corte adequado do plenário, é uma coisa meio enviezada», sustentou. «A rigor, deveria ter sido constituída pelo processo elementar de sorteio para que representasse as diversas tendências da Assembleia Nacional Constituinte. Mas não foi. Foi escolhida por critérios que produziram isso» (a decisão de terça-feira).

Delfim ensinou que «sempre que se quer uma amostra, a forma é construir uma amostra estratégica e depois fazer o sorteio. Assim se obtém uma proporcionalidade».



Frota diz que o Governo quer apoio de políticos e empresários

Sarney pede união para atrair os investidores

O presidente José Sarney pediu ontem, através do secretário de imprensa da Presidência da República, Frota Neto, um entendimento entre empresários e políticos para resolver o que ele considera como «o maior problema brasileiro: a falta de investimento».

Frota Neto, que falou pela última vez como porta-voz do Governo, advertiu especialmente os políticos pelo «acodamento» no tratamento ao capital estrangeiro no novo texto constitucional.

«A poupança interna é negativa e o Brasil não pode prescindir da tecnologia e do capital multinacional», disse referindo-se à decisão da Comissão de Sistematização de cercar no Texto Constitucional, a ação das empresas internacionais que operam na distribuição dos derivados de petróleo internamente.

Segundo Frota Neto, «o Brasil precisa de investimentos e tecnologias capazes de gerar empregos, riquezas e, com isso, oferecer maior tranquilidade à economia nacional. «É impossível pensar dessa forma ignorando a importância do capital estrangeiro».

Salientou que ao invés de tentar cercar o capital estrangeiro, o Governo deveria criar condições atrativas para que ele se instalasse aqui. Lembrou que o Brasil, entre os países do Terceiro Mundo, é um dos poucos em condições de absorver a liquidez hoje existente no

mercado financeiro mundial num período curto.

Dificuldades

Ao contrário desse combate ao investidor estrangeiro, o que a economia brasileira está a exigir é eliminação de seus aspectos cartoriais, e acrescentou: «Para instalar um posto de gasolina no interior do País, precisa de autorização, em Brasília, do colegiado do Conselho Nacional do Petróleo; se pretende aumentar o preço de um produto é preciso autorização do CIP; para instalação ou ampliação de uma indústria, com benefícios fiscais, é preciso consultar o CDI, também em Brasília.

Frota Neto lembrou que o Brasil optou por um modelo de economia de mercado, e nele «o papel do Governo deve ser resguardar o interesse nacional e proteger o consumidor, deixando a economia funcionar livremente». Na área executiva, segundo ele, o Governo só atuaria no atendimento aos programas sociais, de educação e saúde.

Frota Neto deixou ontem o cargo de secretário de imprensa da Presidência e, embora não tenha assumido ainda, já foi nomeado por Sarney para a presidência da Empresa Brasileira de Notícias (EBN). Seu sucessor ainda não foi indicado devendo o cargo ser ocupado interinamente pelo ministro chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto.

Lourenço quer Albano Franco fora da CNI

«É preciso ter líderes competentes no setor privado e não um idiota desses», desabafou ontem o líder do PFL na Câmara e na Constituinte, deputado José Lourenço (BA), referindo-se ao senador Albano Franco (PMDB-SE), que no dia anterior votou a favor da emenda que dá à União o monopólio na distribuição dos derivados de petróleo. Pouco antes de fazer o desabafo diante dos jornalistas, Lourenço conversou por telefone, irritado, com o presidente da Fiesp, Mário Amato, a quem sugeriu que Albano Franco seja afastado da Confederação Nacional da Indústria, da qual é presidente.

«Não posso aceitar que, um dos setores mais importantes da livre iniciativa seja prejudicado por um imbecil», repetiu José Lourenço, justificando sua irritação com o fato de integrar um partido cuja principal bandeira é exatamente a defesa da empresa privada.

No telefonema a Amato, Lourenço sugeriu que Albano Franco «peça licença» do Senado ou seja afastado da Confederação. Ele disse, em tom enérgico, que Amato deveria agir «o mais rápido possível» e com a maior severidade.

A atitude de Albano Franco irritou vários pefelistas, mas alguns comentavam que o senador «votou sem saber o que estava fazendo», conforme disse Alcení Guerra (PR). Também o deputado José Jorge (PE) disse ser testemunha da explicação de Albano, no sentido de que não teria votado a favor da emenda se soubesse do que se tratava. Já o deputado Gilson Machado (PE) preferiu encaminhar correspondência ao senador, na qual faz várias cobranças, inclusive a de que jamais recebeu em seu gabinete a visita de qualquer representante da CNI.

Rejeitada a proposta de nacionalizar os bancos

A Comissão de Sistematização rejeitou, ontem, a nacionalização de bancos estrangeiros de depósitos, empresas financeiras e de seguros, ao derrubar por 49 votos contra 25, emenda do deputado Nelson Friedrich (PMDB-PR). A participação de representantes dos empregados no Conselho de Administração e em Diretorias-Executivas de empresas públicas ou sociedades de economia mista também ficou prejudicada, já que a emenda do deputado Luis Salomão (PDT-RJ), não obteve quorum mínimo de votação.

Segundo a emenda Friedrich, lei federal deveria dispor sobre o funcionamento dos bancos estrangeiros em todas as suas modalidades, exigindo que a maioria de seu capital, com direito a voto, ser constituída por brasileiros. Além disso, as empresas hoje autorizadas a operar no País, teriam o prazo de doze meses para se transformarem em empresas nacionais. «Estas empresas estrangeiras simulam dívidas às matrizes no exterior para reterem lucros disfarçados sob a forma de amortização destas dívidas», ponderou o parlamentar.

Mas o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), contrário à emenda, sustentou da tribuna a tese da reciprocidade. «Hoje a maior parte das instituições financeiras que operam no Brasil fazem em termos de reciprocidade, porque o Banco do Brasil está eslhado por todo o mundo», frisou. E foi apoiado pelo líder do PL, Adolfo Oliveira, que disparou: «banqueiro não tem pátria», visivelmente preocupado com possíveis ressalvas que o País poderia sofrer

na hipótese da emenda aprovada e da nacionalização dos bancos estrangeiros virar uma realidade.

Erro

O deputado Gérson Peres (PDS-PA), se incumbiu de provocar o maior tumulto durante a sessão de ontem, quando irritado no microfone do plenário gritou: «É um absurdo, eu não apertei o botão e alguém votou no meu lugar». O incidente ocorreu durante a votação da emenda do deputado Luis Salomão, que dava assento aos empregados em cadeiras dos conselhos de administração de empresas públicas.

Invocando o testemunho dos deputados Manoel Moreira, Eraldo Tinoco e Inocêncio de Oliveira, Peres apelou para que o presidente da Sistematização, senador Affonso Arinos tomasse providências. «O grande erro da civilização tecnológica é que o homem não foi capaz de dotar a máquina de imaginação», respondeu Arinos, acrescentando que iria convocar uma reunião especial da Mesa para tratar do assunto.

O senador José Fogaça (PMDB-RS), levantou questão de ordem sobre inúmeros equívocos que o painel eletrônico já registrou em votações anteriores. Segundo ele, aconteceu uma flagrante situação de injustiça, pois os suplentes tem direito à ratificação do voto por um possível lapso momentâneo e os titulares são condenados à anulação de seus votos na hipótese do erro. Houve em seguida tentativa de suspender a sessão por falta de quorum, mas com a chamada nominal a sessão prosseguiu.

Usucapião rural será mantido

A Comissão de Sistematização da Constituinte aprovou, ontem, por 68 votos a favor, 7 contra e uma abstenção, a instituição do usucapião rural, aos cinco anos, em área não superiores a cinquenta hectares. A emenda aprovada é de autoria do deputado Vicente Bogo (PMDB-RS) e resultou de acordo firmado entre progressistas e conservadores.

A emenda será incluída onde couber no substitutivo do relator Bernardo Cabral no capítulo da reforma agrária, e sua redação é a seguinte: «Todo trabalhador ou trabalhadora que, não sendo proprietário rural, nem urbano, ocupar por cinco anos ininterruptos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, trecho de terra não superior a 50 hectares, tornando-o produtivo por seu trabalho ou de sua família, e tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade, mediante sentença declaratória devidamente transcrita».

Ainda em decorrência do acordo entre progressistas e parlamentares do centro, foi aprovada outra emenda do deputado Vicente Bogo, suprimindo todo o artigo 220 do substitutivo do deputado Bernardo

Cabral. A supressão desse dispositivo foi a contrapartida da remessa, para a lei complementar, da questão da imissão na posse das áreas desapropriadas, aprovada ontem.

O artigo suprimido tem a seguinte redação: «A concessão de incentivos fiscais, para projetos agropecuários em novas fronteiras agrícolas, está condicionada a transferência para lavradores, do domínio de, no mínimo, 10% da área beneficiada, a fim de que seja utilizada para assentamento de pequenos agricultores, como participação supletiva da iniciativa privada no projeto de reforma agrária. «A supressão era do interesse da Contag (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura) e foi aprovada por 75 votos, contra apenas um voto do deputado José Lins, que depois foi ao microfone explicar — ter se manifestado equivocadamente, pois na verdade queria ter votado favoravelmente».

A Comissão de Sistematização rejeitou ainda emenda de autoria do senador e presidente do PSB, Jamil Haddad, reservando pelo menos 20% das propriedades rurais para produção de alimentos de primeira necessidade.

Texto aprovado ontem

Com a aprovação de mais quatro artigos, a Comissão de Sistematização encerrou, na manhã de ontem, o exame do capítulo referente à política agrícola, fundiária e da reforma agrária. São os seguintes os dispositivos aprovados:

«Art. 217. São insuscetíveis de desapropriação, para fins de reforma agrária, os pequenos e médios imóveis rurais, na forma que dispuser a lei, desde que seus proprietários não possuam imóvel outro rural.

Art. 218. A lei estabelecerá política habitacional para o trabalhador rural, com o objetivo de garantir-lhe dignidade de vida e proporcionar-lhe a fixação no meio onde vive, preferencialmente com os assentamentos em núcleos comunitários, bem como política de participação de cooperativas desde os

assentamentos, assistência técnica, creditação, organização da produção, comercialização, distribuição e industrialização.

Art. 219. Ao poder público compete promover políticas adequadas de estímulo, assistência técnica, desenvolvimento e financiamento para a atividade agrícola, agroindustrial, pecuária e pesqueira.

Art. 220. «Todo trabalhador ou trabalhadora que, não sendo proprietário rural nem urbano, ocupar por cinco anos ininterruptos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, trecho de terra não superior a cinquenta hectares, tornando-o produtivo por seu trabalho ou de sua família, e tendo nela sua moradia, admitir-lhe-á a propriedade, mediante sentença declaratória devidamente transcrita».

Albano explica

O presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco (PMDB-SE), reagiu no Rio às acusações do deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) sobre seu voto favorável à nacionalização da distribuição de derivados: «Não daria ao deputado Dornelles o direito de me criticar, pois houve apenas um equívoco no meu voto». Sem explicar por que chegou a votar sobre um tema que desconhecia, «pois estava entrando no plenário», Albano Franco disse que «em mais de 300 votações este é meu único equívoco».

Texto conflitante

O decreto-lei assinado pelo presidente Sarney no mês passado, intituindo novas normas de desapropriação de terras, foi derrubado em tese pela Comissão de Sistematização.

Isto foi o que, afirmou o deputado Vicente Bogo (PMDB-RS), um dos especialistas no assunto dentro da Constituinte, que aponta diferenças fundamentais entre o decreto e o texto aprovado.

Nordeste reclama

Os governadores do Nordeste apresentaram ontem ao Ministério do Interior suas queixas e reclamações contra o tratamento que o governo federal vem prestando à questão da seca que novamente castiga a região.

Frota Neto deixa cargo de porta-voz

Depois de um ano no cargo, Antônio Frota Neto, 44 anos, transmitiu ontem, pela última vez, a palavra oficial do Governo, na qualidade de secretário de Imprensa da Presidência da República.

Frota foi o terceiro porta-voz do Governo. O primeiro, Antônio Brito, escolhido por Tancredo Neves para o cargo, resolveu deixá-lo, embora tivesse recebido do presidente Sarney convite para permanecer.

Fernando César Mesquita, que acompanhou Sarney, como assessor de imprensa da campanha presidencial, substituiu Brito.

Mesquita teve relacionamento difícil com diversos ministros de Estado. A discussão conflituosa com o ex-ministro Dante de Oliveira fez com que ele colocas-se o cargo à disposição do Presidente.

O subsecretário de Imprensa para Assuntos de Economia, Frota Neto, respondeu pelo cargo durante um mês, findo o qual Sarney o nomeou para a Secretaria de Imprensa. Frota Neto combinava os comunicados, muitas vezes, com a interpretação dos desejos do Presidente, com quem aos poucos foi aprendendo a conviver. Ele introduziu nos comunicados oficiais da Presidência uma variável de análise econômica, de tal forma que todos os jornais credenciados no Palácio, jornalistas das áreas de política e de economia.